

Projeto liquida setor que gira R\$ 8 bilhões

Proposta prevê a concessão de vale-transporte em dinheiro; para especialista alternativa prejudica empresas e trabalhadores

SÃO PAULO

Tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 267/2007, de autoria do deputado José Pimentel (PT-CE), que prevê a concessão do vale-transporte em pecúnia. Apesar de ter recebido parecer pela rejeição na Comissão de Transporte, o projeto seguiu para a Comissão de Trabalho e o seu novo relator é o deputado Laerte Bessa (PMDB-DF). De acordo com o regimento da Casa, se o PL receber um parecer divergente do primeiro, ou seja, favorável, então ele continua tramitando e pode chegar a Plenário para que esse dê o veredito final.

Para a coordenadora da área trabalhista do Maluly Jr. Advogados, Lílian Dal Secchi, "ponto pacífico é que se o projeto for aprovado, será péssimo para os empresários. Na verdade não vejo vantagem para nenhum das partes [empresariado e trabalhadores]", afirmou.

A advogada diz que não está claro no projeto se o pagamento terá caráter indenizatório, como é hoje, ou não. "Se esse valor integrar o salário, incide sobre ele todos os encargos sociais", diz.

O presidente da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras e Usuárias de Vale-Transporte e de Outros Benefícios (Abravale), André Martins, segue a mesmalinha. "Para o empregado, o pagamento do vale-transporte em dinheiro pode

acarretar na incorporação do valor referente aos benefícios ao salário, o que diminui seu poder de negociação salarial. Para o empregador, poderia abrir uma brecha para a incidência de contribuição previdenciária", disse.

Segundo recente pesquisa da Associação Nacional das Empresas de Transporte Urbanos (NTU), 70% do mais de 800 mil empregados que recebem o vale-transporte não querem receber o benefício em espécie. "Esse foi um benefício que deu certo", comentou Dal Secchi. Os números comprovam. Segundo a Abravale, o setor movimentou em todo país R\$ 8 bilhões por ano, só as empresas distribuidoras dos vales — quatro nacionais e 10 estaduais —, respondem por R\$ 3 bilhões desse total e juntas geram 4.200 empregos.

Bilhetagem eletrônica

Martins admite que houve um período, a cerca de quatro anos, que o vale-transporte passou por uma 'crise'. Mas a modernização e implementação de novos sistemas de segurança renovou a Lei, criada em 1985. Uma das medidas que foi responsável pela guinada do benefício foi a bilhetagem eletrônica, hoje presente em 47% dos municípios com população acima de 100 mil habitantes, sendo que 12% em fase de implantação. "A bilhetagem eletrônica não é só mais segura, como também eliminou o mercado paralelo de vales", disse o presidente da Abravale.

Todas as capitais que têm bilhetagem eletrônica tem também algum tipo de integração no sistema de transporte. Brasília, Porto Alegre e Recife, que correspondem a 15% do mercado estão

em fase de implantação do sistema para 2008.

As outras capitais que ainda não têm esse tipo de bilhetagem ficam na região norte e nordeste (Maceió, Natal, Teresina, São Luiz, Belém, Rio Branco e Aracaju), que

juntas ficam com 5% do mercado. O restante (80%) utiliza o sistema.

A bilhetagem eletrônica derruba pelo menos duas das justificativas de Pimentel. Uma delas diz respeito a segurança e a outra diz respeito a resistência dos

empregadores de contratarem trabalhadores que moram longe do local de trabalho.

"Esses custos acabam por prejudicar ainda mais os trabalhadores de pior situação social, pois moram em regiões mais distantes e têm de tomar três ou quatro conduções para chegar ao trabalho, o que implica a concessão de um número maior de vales pelo empregador", argumentou o autor da proposta.

Histórico

Essa não é a primeira tentativa de autorizar o pagamento do benefício em dinheiro. No começo do ano passado, o Governo editou a Medida Provisória nº 280, que entre outras medidas, autorizou o pagamento do vale em dinheiro. Diante da pressão de empresários do setor e de entidade ligadas ao Transporte, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi obrigado a recuar e editou a Medida Provisória nº 283, revogando o artigo.

PATRICIA ACIOLI



André Martins

Já publicamos 1000 reportagens sobre

TRABALHO

Para mais informações sobre esse tema, use nosso buscador nos sites:

www.dci.com.br

www.panoramabrasil.com.br